

# AVALIAÇÃO, ÍNDICES E BONIFICAÇÃO: CONTROVÉRSIAS SUSCITADAS POR DADOS DA REDE ESTADUAL PAULISTA

**SANDRA ZÁKIA SOUSA**

**MARCIA MARIA VIEIRA DA MAIA**

**CELIA MARIA HAAS**

## **RESUMO**

*Com base em resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) obtidos entre 2008 e 2012 pelas turmas do 3º ano do ensino médio de 41 unidades da rede pública de um município da Grande São Paulo, são analisadas as variações desses resultados no período, cotejando as metas estabelecidas para as escolas a cada ano, o Idesp obtido e o recebimento ou não da bonificação. A interpretação dos dados aponta oscilação de desempenho das escolas no decorrer dos anos analisados, não apoiando conclusões que indiquem melhorias gradativas e sustentáveis e identificando, inclusive, premiação de escolas que atingiram patamares inferiores aos de anos anteriores.*

**PALAVRAS-CHAVE** POLÍTICA EDUCACIONAL • AVALIAÇÃO •  
BONIFICAÇÃO • IDESP.

## **RESUMEN**

*En base a los resultados del Índice de Desarrollo de la Educación del Estado de São Paulo (Idesp), obtenidos entre 2008 y 2012 por los grupos del tercer año de bachillerato de 41 unidades de la red pública de enseñanza 'paulista' en un municipio de la Gran São Paulo, se analizan las variaciones de dichos resultados en el periodo, comparando las metas establecidas para las escuelas todos los años, el Idesp obtenido y la recepción o no de la bonificación. La interpretación de los datos señala una oscilación de desempeño de las escuelas en el transcurso de los años analizados, no apoya conclusiones que indiquen mejoras graduales y sostenibles e incluso identifica premiación de escuelas que alcanzaron niveles inferiores a los de años anteriores.*

**PALABRAS CLAVE** POLÍTICA EDUCACIONAL • EVALUACIÓN • BONIFICACIÓN • IDESP.

## **ABSTRACT**

*Based on results of the Educational Development Index of the State of São Paulo (Idesp), obtained for senior-year high school students in 41 schools of the São Paulo public school system from 2008 to 2012, the variations of these results in the period are analyzed, comparing the goals established for schools for each year, the Idesp obtained and the bonuses which were awarded or not. The interpretation of the data shows fluctuation in school performance over the years and does not support conclusions indicating gradual and sustainable improvements. It also identifies awards given to schools that reached standards lower than those of previous years.*

**KEYWORDS** EDUCATIONAL POLICY • EVALUATION • BONUS • IDESP.

## INTRODUÇÃO

Uma das iniciativas de política educacional implementadas no Brasil em anos recentes é a criação de índices que propõem retratar uma medida de qualidade do ensino que subsidie o monitoramento e o controle das redes de ensino e das unidades escolares. A formulação inicial nesse sentido coube ao Ministério da Educação (MEC), que, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que busca representar a qualidade da educação com base em dois indicadores: aprovação escolar – dado oriundo do Censo Escolar – e média das notas obtidas pelos alunos na Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática.<sup>1</sup> Propostas semelhantes têm sido encaminhadas também na esfera estatal, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (Idego), do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) ou do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp).

<sup>1</sup> A Prova Brasil é o nome pelo qual é conhecida a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), que, por sua vez, integra o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conduzida pelo Inep. A Anresc é composta de provas padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas bianualmente, desde 2005, a alunos de escolas públicas de 4<sup>o</sup> e 8<sup>o</sup> séries do ensino fundamental.

Associadas ao uso do Ideb ou a outros índices como referência para aferir a qualidade da educação, são estabelecidas

metas a serem alcançadas pelas escolas que se diferenciam em algumas de suas condições, ou seja, as metas são abalizadas considerando o desempenho de cada escola. Além de sua ampla divulgação, tem se verificado que os índices impulsionam outros tipos de ações governamentais. Com o intuito de motivar professores e alunos a buscarem um melhor desempenho, são fornecidos incentivos financeiros ou de outro tipo às escolas e/ou aos profissionais da educação que obtiverem os resultados estabelecidos pelos órgãos estatais.

Pesquisas que contribuem para apreciar eventuais usos do Ideb na gestão educacional vêm sendo conduzidas, seja abordando seus efeitos em âmbito de políticas estaduais ou municipais, seja no âmbito de escolas, nas dimensões administrativas e pedagógicas (ROCHA, 2013; SOUSA; ARCAS, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2003, 2007, 2010; BROOKE, 2006; OLIVEIRA; SOUSA; ALAVARSE, 2012; FREITAS, 2013a). As limitações da própria composição desse índice também começam a ser apontadas em algumas análises, como no ensaio de Faria (2013) e na tese de Gesqui (2012).

Esses estudos trazem questionamentos que abarcam implicações de ordem educacional e social decorrentes da utilização de índices na gestão escolar, como o estreitamento curricular, a preparação exacerbada dos alunos para a realização das provas, a noção reducionista de qualidade de educação, as fraudes para obtenção de melhor desempenho, a seleção de alunos pelas escolas em função de seu desempenho escolar, além de questões técnicas relativas à composição dos índices e a sua validade. A associação de bonificações aos resultados de avaliações também é iniciativa polêmica, abordada pelos artigos de Brooke (2013) e Freitas (2013b), que ilustram os argumentos em debate relativos às políticas de responsabilização e prestação de contas na avaliação.

No entanto, são ainda escassas as pesquisas que avaliam o efeito desses índices em um conjunto de escolas da rede considerando as metas estabelecidas. Do mesmo modo, são poucos os trabalhos que exploram possíveis relações entre índices obtidos por escolas e o recebimento ou não de incentivos.<sup>2</sup> Considerando essa lacuna, a investigação apresentada neste artigo propôs analisar os resultados do Idesp como

**2** Gesqui (2012) registra que, em consulta ao banco de teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), identificou apenas cinco dissertações que fazem referência ao Idesp, dentre as quais duas utilizam o índice como referência para delimitar o campo empírico da pesquisa e as demais o relacionam como uma das ações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

evidência da qualidade do ensino, cotejando as metas estabelecidas para escolas da rede estadual de São Paulo, o índice obtido e o recebimento da bonificação por resultados.

Trata-se de um estudo exploratório de resultados obtidos por 41 unidades escolares da rede pública paulista de ensino localizadas em um município da Grande São Paulo, todas pertencentes a uma diretoria de ensino. Foram consideradas as variações de resultados do 3º ano do ensino médio<sup>3</sup> de 2008 a 2012, cotejando as metas anuais estabelecidas para as escolas a cada ano, o Idesp obtido e o recebimento – ou não – da bonificação por resultados.<sup>4</sup> Com base nesses dados, buscou-se responder às seguintes indagações: o cumprimento de metas pode ser interpretado como melhoria de qualidade das escolas? A premiação vem incidindo em escolas que evidenciam aprimoramento de qualidade?

<sup>3</sup> O pagamento de bônus é feito por etapas de escolarização. Assim, os dados aqui analisados referem-se ao ensino médio de escolas da rede estadual de São Paulo; não são, portanto, considerados dados do ensino fundamental dessas mesmas escolas.

<sup>4</sup> Os dados analisados neste artigo integram a dissertação de Mestrado de Maia (2013).

Para situar o objeto e o foco do estudo, a primeira parte do texto faz referências sucintas às alterações na lógica de gestão educacional que têm início nos anos 1990, no contexto da reforma da gestão pública implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com repercussões nos estados e municípios. Além disso, traz informações sobre o Idesp e o Programa de Bonificação por Resultados, instituído pelo governo do estado de São Paulo com o propósito de premiar as escolas que alcançarem as metas, integral ou parcialmente. A seção seguinte apresenta e discute os resultados.

## **O IDESP E A BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS**

No Brasil, em consonância com o que ocorreu nas políticas educacionais em nível mundial, a implantação da avaliação em larga escala das redes públicas de ensino, apresentada como mecanismo privilegiado de promoção da qualidade, tem se consolidado, como registram diversos estudos que tratam do tema (SOUSA; OLIVEIRA, 2003; FREITAS, 2004; BONAMINO; SOUSA, 2012; SOUSA, 2013).

Desde a década de 1990 e adentrando os primeiros anos do século XXI, registra-se o estabelecimento de sistemas de avaliação em larga escala em âmbito nacional por iniciativa do MEC. Esse movimento, cujo delineamento se dá em fins

dos anos 1980, expande-se a partir da criação e implantação do Saeb pelo Inep/MEC. Retrospectiva analítica das trilhas percorridas pelo governo federal, bem como por instâncias subnacionais, foi objeto de ciclo de debates promovido pela Fundação Carlos Chagas, cujas contribuições podem ser consultadas em Bauer, Gatti e Tavares (2013).

Dados os limites deste artigo, as considerações tecidas aqui se voltam mais especificamente para a experiência paulista, onde se criou, em 1996, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), vigente até os dias atuais, cuja expressão mais visível é a aplicação de provas de proficiência a alunos da rede estadual, sendo os resultados obtidos interpretados como indicadores de qualidade do ensino.<sup>5</sup> Em sua proposta inicial, o que se enfatizava era o uso dos resultados para subsidiar a Secretaria da Educação na formulação de políticas educacionais, bem como apoiar as escolas em seu planejamento. Gradualmente, no decorrer de sua implementação, a ênfase na interpretação dos resultados tem recaído em tomá-los como expressão da qualidade da escola e/ou de seus profissionais (SOUSA; OLIVEIRA, 2007).

**5** Em cada edição do Saresp, além da aplicação de provas, são aplicados questionários aos pais, alunos, professores e gestores do ensino. Contudo, a análise dos resultados não tem sido usualmente divulgada pela Secretaria de Educação.

Desde sua criação, o Saresp sofreu uma série de modificações, no entanto, para os propósitos deste texto, cabe mencionar aqui somente as iniciativas tomadas a partir de 2008 na condução da política estadual e que incidiram nesse sistema de avaliação. Como sintetiza Soares (2009, p. 29), “em 2008, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo tomou decisões de grande impacto para o sistema estadual paulista de ensino básico”, já que:

Primeiramente, adotou a escala de medida usada nacionalmente para apresentar os resultados do Sistema de Avaliação da Aprendizagem de São Paulo – SARESP. Isso tornou os dados do sistema comparáveis com aqueles gerados no âmbito nacional e nos outros Estados, dando-lhes maior credibilidade e visibilidade. Em seguida, definiu nova forma de divulgação dos resultados, mais relevante pedagogicamente, e, finalmente, criou um novo indicador para o monitoramento de suas escolas. (SOARES, 2009, p. 29)

Também em 2008 foi apresentada à rede a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, definindo um currículo unificado para os ensinos fundamental e médio, com o objetivo de garantir a todos os alunos uma base curricular comum. Desde então, as matrizes de referência das provas têm como fundamento esse currículo, sendo aplicadas anualmente provas de Língua Portuguesa, Matemática e, bienalmente, provas de Ciências da Natureza (Ciências para o ensino fundamental; Biologia, Física e Química para o ensino médio) e Ciências Humanas (Geografia e História para o ensino fundamental e médio).

A partir do lançamento do Programa de Qualidade da Escola (PQE) pela Secretaria da Educação, ficaram evidentes as alterações em relação ao uso dos resultados do Saresp. O programa foi então apresentado com o propósito de promover a melhoria da qualidade e “equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista, com ênfase no direito que todos os alunos da rede pública possuem: o direito de aprender com qualidade” (SÃO PAULO, 2011, p. 1). Dessa forma, o PQE avalia anualmente as escolas da rede pública paulista a fim de acompanhar a qualidade do ensino oferecido e “propõe metas para o aprimoramento da qualidade do ensino que oferecem” (SÃO PAULO, 2011, p. 1).

Ao lado da consolidação da avaliação em larga escala, no âmbito do PQE, foi implantado também o Idesp, assim definido:

IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) é um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano. (SÃO PAULO, 2011, p. 1)

O Índice estabelece metas que as escolas da rede estadual de ensino devem cumprir em curto e longo prazo. Conforme descrito no Programa:

As metas por escola se constituem num instrumento de melhoria da qualidade do ensino nas séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. As metas por escola, estabelecidas a partir de critérios objetivos e transparentes, servem como um guia para que os professores, gestores escolares, pais de alunos e a comunidade acompanhem a evolução das escolas no aprimoramento da qualidade de ensino. (SÃO PAULO, 2011, p. 5)

### **Segundo o disposto na Nota Técnica da Secretaria da Educação (SÃO PAULO, 2011, p. 5-6):**

Embora as metas para 2030 sejam iguais para toda a rede,<sup>6</sup> as metas intermediárias respeitam o ponto de partida de cada escola.

Deste modo, cada escola possui metas intermediárias próprias, ou seja, metas anuais que consideram as peculiaridades da escola e que estabelecem passos para a melhoria da qualidade de acordo com aquilo que é possível a escola atingir e do esforço que precisam realizar. Por um lado, escolas com baixos valores de IDESP têm um caminho mais longo a percorrer em relação àquelas escolas com valores de IDESP mais elevados. Por outro lado, pequenas iniciativas ou mudanças na rotina das escolas com baixos indicadores geram avanços muito maiores do que para escolas que já apresentam indicadores elevados. Desta forma, todas as escolas têm as mesmas condições de cumprir as metas que foram estabelecidas [...].

**6** Entre as metas de longo prazo, inclui-se a projeção de que 90% dos alunos do 1º ao 5º ano, 80% dos alunos do 6º ao 9º ano e 60% dos alunos do ensino médio dominarão completamente todas as competências e habilidades requeridas e serão classificados no nível "adequado" (SÃO PAULO, 2011, p. 1).

Desde 2007, os resultados do Idesp são disponibilizados para consulta na página da Secretaria da Educação, especificados por escola, coordenadoria, diretoria de ensino, município e estado. Além dos resultados, são divulgados os indicadores de desempenho (Língua Portuguesa e Matemática) e fluxo, bem como as metas para o ano seguinte. Gradualmente, os dados têm sido apresentados com maior detalhamento por meio do Boletim da Escola. Em 2010, foram agregados a esse boletim a parcela cumprida da meta e o adicional por qualidade, antes tratados separadamente. Para analisar o quanto



a escola evoluiu em relação à meta estabelecida, calcula-se a parcela cumprida em cada ciclo escolar.

Tendo como referência as metas estabelecidas, a Lei Complementar n. 1.078/2008 instituiu a Bonificação por Resultados,<sup>7</sup> tal como dispõe em seu artigo 1º:

**7** No estado de São Paulo, anteriormente ao Programa Bonificação por Resultados, existiam iniciativas de premiação, mas com outras características, como é o caso do Bônus Mérito aos docentes e do Bônus Gestão aos especialistas. Em função do escopo deste artigo, não serão exploradas características de programas vigentes até 2008.

Fica instituída, nos termos desta lei complementar, Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visando à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público. (SÃO PAULO, 2008)

**Os argumentos apresentados para a implantação desse programa foram assim sintetizados pela então secretária de educação Maria Helena Guimarães Castro:**

O objetivo é criar incentivos concretos para o progresso das escolas, a exemplo da bem-sucedida experiência de outros países do mundo desenvolvido, como Inglaterra e Estados Unidos. Eles não inventaram nenhuma fórmula mirabolante, mas, sim, conseguiram pôr em prática sistemas capazes de distinguir e premiar, com base em critérios objetivos, as escolas com bom desempenho acadêmico. No Brasil, esse é um debate novo e, infelizmente, ainda contraria uma parcela dos educadores. Em pleno século XXI, há pessoas que persistem em uma visão sindicalista ultrapassada e corporativista, segundo a qual todos os professores merecem ganhar o mesmo salário no fim do mês. Essa velha política da isonomia salarial passa ao largo dos diferentes resultados obtidos em sala de aula, e aí está o erro. Ao ignorar méritos e deméritos, ela deixa de jogar luz sobre os mais talentosos e esforçados e, com isso, contribui para a acomodação de uma massa de profissionais numa zona de mediocridade. Por isso, demos um passo na direção oposta. (CASTRO apud WEINBERG, 2008)

**Essa posição insere-se no arcabouço da política educacional que enfatiza o controle por resultados como meio de induzir a melhoria da educação (SEGATTO, 2011) e a meritocracia como mecanismo de gestão e promoção da qualidade**

dos serviços públicos. Nota-se ainda que, em nome de motivar professores – que supostamente não exercem a contento suas funções em decorrência de desmotivação, ausência de talento e/ou esforço –, um encaminhamento dessa natureza põe em questão critérios tradicionalmente vigentes na carreira docente. Além disso, sugere a oportunidade de adoção de estruturas de remuneração diferenciadas, naturalizando a existência de desempenhos desiguais entre os professores e, em consequência, a aceitação de atendimento aos alunos por docentes com “qualidades diferenciadas”.

Os dados apresentados na próxima seção evidenciam o desempenho das escolas da diretoria de ensino em estudo nos anos contemplados, considerando o Idesp e as metas anuais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Relativos a 41 escolas de uma diretoria de ensino, os dados que seguem foram coletados por meio da consulta ao Boletim da Escola, documento disponibilizado na página da Secretaria da Educação, que registra, desde o ano de 2007, os índices atingidos pelas unidades escolares. Referem-se ao Idesp do 3º ano do ensino médio obtido pelas escolas pesquisadas nos anos de 2008 a 2012, bem como às variações das metas e ao pagamento do bônus mérito, calculados conforme o desempenho das unidades escolares anualmente.

A Tabela 1 apresenta os índices obtidos pelas escolas nos cinco anos abrangidos pela pesquisa, destacando as variações anuais constatadas. Os valores absolutos dos índices obtidos por escola evidenciam expressiva oscilação nos resultados de cada uma delas no período. Esses valores, tal como vêm sendo divulgados, não permitem afirmar se os aumentos e as diminuições são ou não significativos. Além disso, não há desagregação de informações que permita aquilatar como os indicadores que compõem o Idesp estão levando às variações indicadas na Tabela 1: são os resultados nas provas, o fluxo escolar ou ambos que vêm ocasionando essas variações?

Cabe indagar o que significa para cada escola o resultado por ela obtido a cada ano. Um questionamento desse tipo

permitiria propor eventuais reformulações e aprimoramentos de seu projeto de trabalho. Também é preciso perguntar o que esses dados informam sobre a eficácia das políticas educacionais implementadas.

**TABELA 1 - Idesp do ensino médio (valor e variação relativa ao ano anterior) para as escolas públicas de uma das diretorias de ensino do estado de São Paulo**

ESCOLA	2008	2009	2010	2011	2012
1	1,34	1,01 (-0,33)	1,55 (+0,54)	1,40 (-0,15)	1,22 (-0,18)
2	1,92	1,23 (-0,69)	1,69 (+0,46)	1,95 (+0,26)	1,68 (-0,27)
3	2,79	2,46 (-0,33)	2,15 (-0,31)	1,77 (-0,38)	2,02 (+0,25)
4	2,68	2,92 (+0,24)	2,49 (-0,43)	2,69 (+0,20)	2,47 (-0,22)
5	1,85	1,81 (-0,04)	1,89 (+0,08)	1,83 (-0,06)	1,62 (-0,21)
6	0,94	2,02 (+1,08)	1,92 (-0,1)	2,07 (+0,15)	2,26 (+0,19)
7	1,86	1,44 (-0,42)	1,38 (-0,06)	1,37 (-0,01)	0,95 (-0,42)
8	1,19	2,11 (+0,92)	2,14 (+0,03)	1,74 (-0,4)	2,30 (0,56)
9	1,50	1,54 (+0,04)	1,65 (+0,11)	1,29 (-0,36)	0,88 (-0,41)
10	0,98	1,47 (+0,49)	1,27 (-0,2)	1,15 (-0,12)	1,24 (+0,09)
11	1,41	1,53 (+0,88)	1,36 (-0,17)	1,63 (+0,27)	1,68 (+0,05)
12	1,03	1,08 (+0,05)	0,77 (-0,31)	1,02 (+0,25)	1,06 (+0,04)
13	2,37	2,89 (+0,52)	2,73 (-0,16)	3,22 (+2,49)	2,90 (-0,32)
14	1,86	1,66 (-0,2)	2,02 (+0,36)	2,65 (+0,63)	1,17 (-1,48)
15	2,67	1,99 (-0,68)	2,05 (+0,06)	1,78 (-0,27)	1,77 (-0,01)
16	1,65	1,66 (+0,01)	1,56 (-0,1)	1,46 (-0,1)	1,48 (+0,02)
17	2,34	2,35 (+0,01)	2,28 (-0,07)	2,27 (-0,01)	2,19 (-0,08)
18	1,18	1,27 (+0,09)	1,29 (+0,02)	0,93 (-0,36)	1,18 (+0,25)
19	2,38	1,86 (-0,52)	1,70 (-0,16)	1,31 (-0,39)	2,22 (+0,91)
20	0,96	1,07 (+0,11)	0,40 (-0,67)	1,03 (+0,63)	1,12 (0,09)
21	1,78	1,38 (-0,4)	2,22 (+0,84)	1,45 (-0,77)	2,21 (+0,76)
22	1,77	1,80 (0,03)	1,13 (-0,67)	1,40 (+0,27)	1,71 (+0,69)
23	1,84	2,77 (0,93)	3,50 (0,73)	2,89 (-0,61)	2,46 (-0,43)
24	1,67	1,26 (-0,41)	1,28 (+0,02)	1,06 (-0,22)	0,90 (-0,16)
25	1,60	2,23 (+0,63)	1,49 (-0,74)	1,84 (+0,35)	1,93 (+0,09)
26	1,22	1,60 (-0,38)	1,12 (-0,48)	1,02 (-0,1)	1,33 (+0,31)
27	1,64	1,32 (-0,32)	1,04 (-0,28)	1,13 (+0,09)	1,12 (0,01)
28	1,74	1,07 (-0,67)	1,64 (+0,57)	2,07 (+0,43)	2,05 (-0,02)
29	1,85	1,97 (+0,15)	2,05 (+0,08)	2,20 (+0,15)	1,79 (-0,41)
30	1,20	0,72 (-0,48)	1,45 (+0,73)	1,02 (-0,43)	1,53 (+0,51)
31	1,23	1,01 (-0,22)	1,18 (+0,17)	1,39 (+0,21)	1,26 (-0,13)
32	1,28	1,13 (-0,15)	0,88 (-0,25)	1,01 (+0,13)	1,11 (+0,1)
33	1,66	1,41 (-0,25)	1,18 (-0,23)	0,90 (-0,28)	1,09 (+0,19)
34	1,82	1,54 (-0,28)	1,30 (-0,24)	1,25 (-0,05)	1,98 (+0,73)
35	2,34	2,05 (-0,29)	2,22 (+0,17)	1,69 (-0,53)	2,55 (+0,86)
36	1,14	1,67 (+0,53)	1,05 (-0,62)	0,91 (-0,14)	1,21 (+0,3)
37	1,44	1,47 (+0,03)	2,74 (+1,27)	1,66 (1,08)	1,03 (-0,63)
38	1,50	1,21 (-0,29)	0,89 (-0,32)	1,21 (+0,32)	0,89 (-0,32)
39	1,02	1,03 (+0,01)	0,89 (-0,14)	0,72 (-0,17)	1,00 (+0,28)
40	1,37	1,65 (+0,28)	1,37 (-0,28)	1,80 (+0,43)	1,50 (-0,3)
41	2,28	2,05 (-0,23)	1,26 (-0,79)	1,35 (+0,09)	1,49 (+0,14)

Fonte: Maia (2013).

Pelos dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que em nenhuma das 41 escolas houve um crescimento contínuo do Idesp no período observado. Em vez disso, o que se verifica, em todos os casos, é uma alternância entre elevação e queda desse índice ao longo dos anos. E, se forem comparados os índices de 2008 e 2012, nota-se que, para essa etapa de ensino – 3º ano do ensino médio –, 22 escolas tiveram diminuição no valor do índice, uma permaneceu com o mesmo valor (escola 18) e 18 apresentaram aumento nesses números, embora a variação nos anos de 2009, 2010 e 2011 tenha sido bastante oscilante. Ou seja, esses valores advertem que pouco mais de 50% das escolas, em 2012, apresentaram desempenho inferior a 2008.

Assim, passados cinco anos desde a divulgação dos primeiros Boletins da Escola, o que se verifica não é uma tendência de evolução nos índices, tomados como expressão de melhoria da qualidade do ensino nas escolas estudadas. Embora refiram-se ao conjunto de escolas de uma única diretoria de ensino e, portanto, não permitam generalizações, esses dados suscitam dúvida acerca da situação do ensino na rede estadual paulista.

Além de retratar os resultados do Idesp, o presente estudo buscou explorar sua relação com o estabelecimento de metas a serem alcançadas pelas escolas anualmente e o recebimento ou não de bonificação. A Tabela 2 registra como se comportou o conjunto das escolas em relação ao cumprimento de metas e a respectiva projeção para o ano subsequente, recalculadas para cima ou para baixo, bem como o número de escolas que receberam bonificação.

**TABELA 2 – Número de escolas da diretoria de ensino, do 3º ano do ensino médio, que, com relação ao Idesp, cumpriram ou não as metas, tiveram a projeção da meta alterada e receberam bonificação**

ANO	CUMPRIMENTO DAS METAS			META NO ANO SUBSEQUENTE		RECEBIMENTO
	TOTAL	PARCIAL	NÃO REALIZADO	DIMINUÍDA	AUMENTADA	DE BONIFICAÇÃO
2008	38	1	2	2	39	39
2009	13	8	20	20	21	21
2010	11	6	24	23	18	17
2011	13	5	23	23	18	18
2012	13	9	19	N/C	N/C	22

Fonte: Maia (2013).

Nota: (N/C) Não constavam metas para o ano de 2013 quando do levantamento destes dados.

Em 2008, 39 das 41 escolas cumpriram integral ou parcialmente as metas. Portanto, as metas estabelecidas para 2009 foram mais altas do que no ano anterior, resultado que faz supor uma tendência de avanços dessas escolas de um ano para o outro. No entanto, os resultados dos anos subsequentes não confirmam essa tendência. Os dados da Tabela 2 indicam que, a partir de 2009, apenas 20 escolas cumpriram integral ou parcialmente as metas e, conseqüentemente, receberam bonificação.

Embora o número de escolas premiadas em cada ano mantenha-se em torno de 20, isso não significa que são as mesmas escolas que alcançaram o desempenho esperado, o que se pode depreender dos dados da Tabela 3. Como o bônus é anual e, portanto, não considera o processo de desempenho da escola no decorrer de um dado período de tempo, a premiação ocorre em função do alcance da meta estabelecida para um determinado ano, a qual pode ser, inclusive, menor do que a definida em anos anteriores. Como já mencionado, as metas são recalculadas anualmente. Por essa razão, houve bonificação em 2012 para 22 escolas que apresentaram, nesse ano, desempenho inferior ao de 2008.

Quando se observam os resultados de desempenho por escola, listados na Tabela 3, ratifica-se a inquietação relativa tanto ao significado do índice como indicador de qualidade, quanto ao sentido da bonificação. A título de exemplificar esse questionamento, observem-se alguns casos:

- a) A Escola 3, que em 2008 teve um Idesp de 2,79 para uma meta de 1,93, recebeu 120% de bonificação; em 2012 (quatro anos depois) a meta estabelecida foi 1,96, alcançando um Idesp de 2,02, tendo recebido novamente bonificação de 120%, apesar do valor do Idesp alcançado ter sido inferior a 2008. Considerando esse dado, o que significa a premiação de resultados inferiores a anos anteriores?
- b) Em 2009, a Escola 9 teve um Idesp de 1,54, cumprindo 40% da meta; em 2010, teve um Idesp de 1,65, cumprindo 100% da meta. Desse modo, como qualificar essa diferença (0,11 de um ano para o outro) que justificou o aumento da bonificação?

- c) O que significa a premiação da Escola 10 em 2012, quando apresentou um Idesp inferior a 2010 ou da Escola 12, em 2011, com Idesp menor que em 2008?
- d) Nos anos 2008 e 2011, a Escola 22 recebeu bonificação de 120%, com Idesp de 1,77 e de 1,44 respectivamente. Como ler esse resultado como indicador de qualidade? Essa escola recebeu 120% de bonificação em 2012, com Idesp de 1,71, inferior ao de 2008.

Essas e outras situações evidenciadas nos dados da Tabela 3 indicam a oportunidade de questionar o significado do Idesp como indicador de qualidade do ensino, além da necessidade de esclarecer com que sentido têm sido ofertados os bônus, na medida em que não mantêm uma articulação com os resultados apresentados pelas escolas no decorrer do tempo.

Essa variação no cálculo e recálculo das metas, bem como nas bonificações com base no Idesp alcançado, colocam em questão a consistência dos resultados e a pertinência dessa iniciativa de política educacional.

**Tabela 3 - Idesp do ensino médio, metas projetadas e porcentagem cumprida dessas metas para as escolas públicas de uma das diretorias de ensino do estado de São Paulo**

ESCOLA	2008			2009			2010			2011			2012		
	IDESP	META	%	IDESP	META	%	IDESP	META	%	IDESP	META	%	IDESP	META	%
1	1,34	0,81	120	1,01	1,44	1,55	1,10	120	1,40	1,72	0	1,22	1,58	0	
2	1,92	1,04	120	1,23	2,02	0	1,69	1,34	1,95	1,87	120	1,68	2,14	0	
3	2,79	1,93	120	2,46	2,88	0	2,15	2,56	0	1,77	2,34	0	2,02	1,96	120
4	2,68	1,82	120	2,91	2,77	120	2,49	3,01	0	2,69	2,68	105,26	2,47	2,89	0
5	1,85	1,39	120	1,82	1,95	0	1,89	1,92	72,73	1,83	2,07	0	1,62	2,02	0
6	0,94	1,42	0	2,02	1,03	120	1,92	2,13	0	2,07	2,10	83,33	2,26	2,27	95
7	1,86	1,87	90	1,44	1,96	1,38	1,55	0	1,37	1,55	0	2,30	1,55	0	
8	1,19	0,76	120	2,11	1,29	120	2,14	2,22	27,27	1,74	2,33	0	2,90	1,93	120
9	1,50	1,05	120	1,54	1,60	165	1,65	1,65	100	1,29	1,83	0	0,88	1,46	0
10	0,98	0,55	120	1,47	1,07	127	1,57	0	1,15	1,43	0	1,24	1,31	56,25	
11	1,41	1,09	120	1,53	1,51	136	1,36	1,64	0	1,63	1,53	120	1,68	1,82	26,32
12	1,03	0,93	120	1,08	1,12	55,56	0,77	1,18	0	1,02	0,90	120	1,06	1,18	25
13	2,37	2,21	120	2,89	2,47	120	2,73	2,97	0	3,22	2,91	120	2,90	3,41	0
14	1,86	1,20	120	1,66	1,96	120	2,02	1,77	120	2,65	2,20	120	1,17	2,85	0
15	2,67	2,11	120	1,99	2,76	0	2,05	2,09	60	1,78	2,24	0	1,77	1,97	0
16	1,65	1,55	120	1,66	1,75	10	1,56	1,77	0	1,46	1,73	0	1,48	1,64	11,11
17	2,34	1,73	120	2,35	2,44	0	2,28	2,45	0	2,27	2,47	0	2,19	2,47	0
18	1,18	0,82	120	1,27	1,28	90	1,29	1,37	20	0,93	1,45	0	1,18	1,08	120
19	2,38	1,81	120	1,86	2,47	0	1,70	1,97	0	1,31	1,88	0	2,22	1,48	120
20	0,96	0,50	120	1,07	1,05	120	0,40	1,17	0	1,03	0,49	120	1,12	1,19	56,25
21	1,78	0,96	120	1,38	1,89	0	2,22	1,48	120	1,45	2,41	0	2,21	1,63	120
22	1,77	1,40	120	1,80	1,87	30	1,13	1,91	0	1,44	1,28	120	1,71	1,62	120
23	1,84	1,71	120	2,77	1,95	120	3,50	2,86	120	2,89	3,67	0	2,46	3,08	0
24	1,67	0,98	120	1,26	1,77	0	1,28	1,37	18,18	1,06	1,44	0	0,90	1,22	0
25	1,60	1,98	0	2,23	1,71	120	1,49	2,33	0	1,84	1,66	120	1,93	2,03	47,37
26	1,22	0,96	120	1,60	1,32	120	1,12	1,71	0	1,02	1,27	0	1,33	1,18	120
27	1,64	0,45	120	1,32	1,74	0	1,04	1,42	0	1,13	1,19	60	1,12	1,29	0
28	1,74	1,31	120	1,07	1,84	0	1,64	1,17	120	2,07	1,82	120	2,05	2,27	0
29	1,85	1,74	120	1,97	1,95	120	2,05	2,08	72,73	2,20	2,24	78,95	1,79	2,40	0
30	1,20	0,89	120	0,72	1,30	0	1,45	0,80	120	1,02	1,62	0	1,53	1,18	120
31	1,23	0,93	120	1,01	1,33	0	1,18	1,11	120	1,39	1,34	120	1,26	1,57	0
32	1,28	0,77	120	1,13	1,38	0	0,88	1,23	0	1,01	1,02	92,86	1,11	1,16	66,67
33	1,66	1,47	120	1,41	1,76	0	1,18	1,52	0	0,90	1,34	0	1,09	1,05	120
34	1,82	0,94	120	1,54	1,92	0	1,30	1,65	0	1,25	1,46	0	1,98	1,42	120
35	2,34	1,78	120	2,05	2,44	0	2,22	2,16	120	1,69	2,41	0	2,55	1,88	120
36	1,14	0,80	120	1,67	1,24	120	1,05	1,78	0	0,91	1,20	0	1,21	1,06	120
37	1,44	1,02	120	1,47	1,54	30	2,74	1,58	120	1,66	2,92	0	1,03	1,85	0
38	1,50	0,90	120	1,21	1,60	0	0,89	1,31	0	1,21	1,03	120	0,89	1,38	0
39	1,02	0,81	120	1,03	1,12	10	0,89	1,13	0	0,72	1,03	0	1,00	0,85	120
40	1,37	0,78	120	1,65	1,47	120	1,37	1,75	0	1,80	1,54	120	1,50	1,99	0
41	2,28	1,61	120	2,05	2,37	0	1,26	2,15	0	1,35	1,42	56,25	1,49	1,53	77,78

Fonte: Mapa (2013).

A coluna % indica a parcela da meta que foi cumprida, em porcentagem, naquele ano. No caso de queda no Idesp, esse valor será 0 e nos casos em que esse valor for maior ou igual a 120, esse dado será truncado em 120.  
 (\*) O fato de a escola cumprir a meta parcial ou integralmente - ou não cumprir - pode ser percebido pela coluna %. E o cálculo da meta para cima ou para baixo deriva desse fato.

Esses dados elucidam que o cumprimento de metas anuais não necessariamente representa melhoria de desempenho da escola; além disso, nem sempre a premiação recebida pela escola evidencia o aprimoramento de seu desempenho no decorrer dos anos. A focalização na alteração de desempenho anual e a correspondente premiação parecem iniciativas equivocadas, que não induzem a uma melhoria sustentada e cumulativa.

Embora anuncie intenção de imprimir alterações no cálculo do Idesp, é possível supor que a Secretaria da Educação mantenha essa lógica de bonificação, tal como se depreende do comunicado expedido à rede em 2011 pelo secretário da educação Herman Jacobus Cornelis Voorwald, a seguir transcrito:

Prezados Professores, Diretores de Escola, Supervisores e Dirigentes de Ensino,

Considerando a proximidade das avaliações do Saresp 2011 e tendo em vista a relevância dessa avaliação e do Bônus por Resultado, esta Secretaria observa que, depois de quatro anos de existência, o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP consolidou-se como instrumento de consecução de política educacional no âmbito estadual. Ademais, tem sido utilizado como principal fator para o pagamento de remuneração variável aos servidores da educação do Estado.

Ao longo desse período, a experiência de uso deste indicador evidenciou a necessidade de se incorporar, na sua construção, alguns componentes que permitam ao Idesp captar de forma mais apurada a qualidade de ensino do sistema estadual paulista de Educação Básica, bem como aprimorar o índice utilizado para pagamento da Bonificação por Resultados.

Nesse sentido, estudos estão sendo elaborados com vistas ao aperfeiçoamento do modelo, a partir de indicadores objetivos. As inovações trazidas por esses estudos considerarão para efeito de cálculo do Idesp e da Bonificação por Resultados:

- i) A participação dos alunos nos dias de avaliação;
- ii) Os resultados obtidos em anos anteriores;
- iii) O nível socioeconômico dos alunos; e



iv) Características da escola que interferem na gestão escolar. Tão logo os novos parâmetros estejam definidos, será encaminhada uma nota técnica que explicitará a nova forma de cálculo dos indicadores.

Entendemos que, com estas inovações, caminhamos rumo ao contínuo aprimoramento desta ação, buscando maior equidade e procurando, na medida do possível, atender às expectativas dos educadores da rede e às necessidades do sistema educacional de nosso Estado. (VOORWALD, 2011, p. 1)

No entanto, até o momento da finalização deste artigo, não haviam sido divulgados novos critérios para o cálculo do Idesp, os quais permitiriam articular outras variáveis que incidem no desempenho obtido pelas escolas. Ademais, os dados evidenciados pela pesquisa indicam a pertinência de pôr em questão não só a composição do índice e o procedimento de cálculo, mas a associação entre os resultados do Idesp e a bonificação anual das escolas, aspecto não contemplado nas intenções declaradas no Comunicado acima transcrito.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Sobre o assunto, consultar matéria publicada por Mariana Mandelli em 25 de maio de 2011 no jornal *O Estado de São Paulo*.

## INDICAÇÕES FINAIS

Com base em estudo exploratório do Idesp obtido por escolas estaduais de ensino médio nos anos de 2008 a 2012, foram comparadas as metas estabelecidas, o índice obtido e o recebimento ou não da bonificação por resultados, iniciativas que expressam linhas de ação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo delineadas com o propósito de melhorar a qualidade do ensino.

Os dados aqui analisados indicam inconsistência na relação entre Idesp e premiação anual de escolas, bem como põem em questão seus efeitos no sentido de induzir avanços cumulativos por parte das escolas. No decorrer dos anos analisados, os resultados apresentam grande oscilação e não configuram uma tendência de melhoria, assumindo-se como critério para julgamento dessa melhoria o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria da Educação para cada escola. Não raras vezes, as metas são recalculadas para baixo de um ano para o outro, sendo premiada em um dado ano a esco-

la que atingiu patamares inferiores aos de anos anteriores. O procedimento de recalcular as metas, alicerçado na ideia de considerar o processo de desenvolvimento de cada escola e de cuidar para que as metas sejam realistas, pode estar induzindo as escolas a acatarem a ideia de que resultados imediatos – por serem premiados – são mais relevantes do que o alcance de metas de longo prazo, o que as levaria a caminhar em sentido contrário ao da proposta inicial, que visava ao alcance de metas predeterminadas até 2030. Como comenta Gesqui (2012, p. 96):

A crítica aqui não reside na concordância ou não com o bônus merecimento nem na concordância ou não que o cumprimento de metas corresponda à qualidade educacional [...], mas no fato de o método possibilitar manobras que coloquem em segundo plano o propósito de chegar a índices mais elevados. Na verdade, parece prevalecer o modelo comparativo, ou seja, uma escola realizaria um bom trabalho não pelo que está estabelecido como objetivos particulares, mas em função daquilo que as outras escolas realizaram ou deixaram de realizar.

O fato de considerar tão somente resultados imediatos parece naturalizar desigualdades no interior da rede, o que também contradiz os postulados do PQE, que propõe promover a melhoria da qualidade e a equidade do ensino na rede estadual paulista.

Portanto, as respostas às questões que orientaram este estudo, formuladas na introdução deste artigo, são negativas. Ou seja, não se verifica uma relação entre cumprimento de metas e evidências de melhoria de qualidade das escolas, assim como não se pode afirmar que a premiação anual incida em escolas que evidenciam real aprimoramento, aqui tomado como proficiência dos alunos em testes e fluxo escolar, conforme estabelecido no Idesp. Desse modo, as ideias aqui apresentadas estão em consonância com as presentes no estudo desenvolvido por Grissmer, Ober e Beekman (2014), que questionam a validade de políticas que oferecem bonificações às escolas com base em medidas de desempenho escolar de curto prazo.

Fica evidente a necessidade de estudos que aprofundem indagações suscitadas pela pesquisa aqui relatada e que permitam explorar questões como: o que, de fato, tem revelado o Idesp em termos de qualidade de ensino da rede paulista? A premiação de escolas pelo alcance parcial de metas induz a que tipos de comportamento no cotidiano escolar? Quais seriam os resultados da rede estadual se não se consentisse o cumprimento parcial de metas pelas unidades escolares? O que mostrariam os números? A premiação tem sido concedida a escolas que realmente demonstram aprimoramento de qualidade? O discurso que postula o controle por resultados como meio de induzir a melhoria da educação e a meritocracia como mecanismo capaz de promover a melhoria do ensino encontra respaldo na realidade?

Essas indagações, suscitadas pela análise de dados da rede estadual paulista, agregam-se a questionamentos colocados por estudos mencionados neste artigo, os quais revelam os efeitos nefastos das avaliações em larga escala para a democratização do ensino e para o enfrentamento de desigualdades no interior de redes escolares, a depender do uso que se fizer de seus resultados. Nesse sentido, com base nas contribuições deste estudo, chama a atenção a inconsistência de estratégias de política educacional que associam incentivos monetários a desempenhos escolares, justificadas pelo discurso de indução de melhoria da qualidade do ensino.

Mesmo que as intenções declaradas pelo secretário de educação – de rever os critérios vigentes para efeito de cálculo do Idesp e da bonificação por resultados – tornem-se realidade, permanecem atuais as revelações trazidas por esta pesquisa e oportunas as investigações que aprofundem questões como as que aqui foram arroladas.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete A.; TAVARES, Marialva R. (Org.) *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos*. Florianópolis: Insular, 2013. v. 1.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 373-388, 2012.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 138, p. 377-401, 2006.

\_\_\_\_\_. Controvérsias sobre políticas de alto impacto. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 336-347, jan./abr. 2013.

FARIA, Ernesto Martins. Metas que não conversam com a realidade. Publicado no *Blog Educação e Pesquisa* em 4 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.educacaoepesquisa.blog.br/?p=305>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. Caminhos da avaliação de sistemas educacionais no Brasil: o embate entre a cultura da auditoria e a cultura da avaliação. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (Org.). *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013a. p. 147-176.

\_\_\_\_\_. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 348-365, jan./abr. 2013b.

GESQUI, Luiz Carlos. *O índice de desenvolvimento da educação do estado de São Paulo: a materialização da racionalidade tecnológica*. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

GRISMER, David W.; OBER, David R.; BEEKMAN, John A. Focusing on short-term achievement gains fails to produce long-term gains. *Education Policy Analysis Archives*, v. 22, n. 5, p. 1-36, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n5.2014>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MAIA, Marcia Maria Vieira. *O índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo como indutor da qualidade da educação: potencialidades e contradições*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANDELLI, Mariana. Governo paulista terá novos critérios para concessão de bônus a escolas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-paulista-ter-novos-criterios-para-concessao-de-bonus-a-escolas,723775,0.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SOUSA, Sandra Zákia; ALAVARSE, Ocimar Munhoz (Coord.). *Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos*. Relatório final. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Faculdade de Educação/ CEPPPE, 2012.

ROCHA, Silvalde de Souza Martins. *A inserção do índice de desenvolvimento da educação básica em escolas de ensino fundamental de Teresina - Piauí: um estímulo para a melhoria da educação?* 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Programa de Qualidade da Escola (PQE): nota técnica sobre o Idesp - 2011*. São Paulo: SEE/Idesp, 2011. Disponível em: [http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota\\_tecnica\\_2011.pdf](http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota_tecnica_2011.pdf). Acesso em: 10 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar Estadual n. 1.078, de 17 de dezembro de 2008*. Institui Bonificação por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. 2008. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

SEGATTO, Catarina Ianni. *Como ideias se transformam em reformas: um estudo comparativo das mudanças educacionais orientadas pelo desempenho nos estados brasileiros*. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2011.

SOARES, José Francisco. Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo – Idesp. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da educação básica com iniciativas do governo federal. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (Org.) *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 61- 85.

SOUSA, Sandra Zákia; ARCAS, Paulo Henrique. Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 20, n. 35, p. 181-199, jul./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

\_\_\_\_\_. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Coord.). *Sistemas de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados*. Relatório Final. São Paulo: Universidade de São Paulo/ CEPPPE, 2007.

VOORWALD, Herman Jacobus Cornelis. *Comunicado do secretário*. 2011. Disponível em: <http://edusp.blog.br/atuall/2011/12/05/comunicado-do-secretario/>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

WEINBERG, M. Premiar o mérito. *Revista Veja*, n. 2047, 13 fev. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/130208/entrevista.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

**SANDRA ZÁKIA SOUSA**

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo (FE-USP). Professora do Programa  
de Pós- Graduação em Educação da FE-USP  
*sanzakia@usp.br*

**MARCIA MARIA VIEIRA DA MAIA**

Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo  
(Unicid). Supervisora de Ensino da Secretaria da Educação  
do Estado de São Paulo (SEE-SP)  
*marumaia09@gmail.com*

**CELIA MARIA HAAS**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação da Universidade Cidade de  
São Paulo (Unicid)  
*celiamhaas@uol.com.br*

Recebido em: FEVEREIRO 20014

Aprovado para publicação em: AGOSTO 2014